NFTs e tokens de utilidade no GST

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Um NFT não é fungível e, por isso, não pode ser um digital payment token (DPT, token de pagamento digital). Seu tratamento para fins de GST (Goods and Services Tax, o imposto sobre bens e serviços de Singapura) depende do que ele representa. Um NFT que seja um colecionável digital constitui, por parte de quem o vende, um fornecimento de serviços (a concessão de direitos sobre conteúdo digital): tributado à alíquota padrão se o vendedor estiver registrado para o GST e o comprador pertencer a Singapura, e à alíquota zero se o comprador pertencer ao exterior. Um NFT que represente um direito a um bem físico é tratado como fornecimento desse bem. Um NFT que represente um valor mobiliário ou uma participação em um fundo é um serviço financeiro e é isento. Um artista ou estúdio de Singapura que cunha e vende NFTs em volume deve registrar-se para o GST assim que o faturamento ultrapassar S$ 1 milhão e, a partir daí, precisa determinar o local de pertença de cada comprador, o que, em um marketplace anônimo, é difícil. A abordagem por indicadores substitutos do DPT Guide não foi formalmente estendida às vendas de NFTs, e a IRAS (Inland Revenue Authority of Singapore, a autoridade tributária) esperaria que os termos do marketplace coletassem informações sobre a residência.[1]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Tokens de utilidade são pagamentos antecipados. A venda de um token que dá ao titular direito a um serviço do emissor é tratada como a venda de um voucher segundo as regras do GST Act. O GST é apurado no resgate, se o voucher for de finalidade múltipla, e na venda, se for de finalidade única.[2] Uma plataforma de Singapura que vende tokens de utilidade a usuários de Singapura em uma venda de tokens pode, portanto, ter uma obrigação de GST na data da venda sobre todo o valor captado, caso o token tenha um único uso identificável. O diferimento do imposto de renda para tokens de utilidade (Capítulo I desta Parte) não se transfere para o GST, e os dois tributos podem incidir em momentos diferentes. Um fundador que planeja uma venda de tokens de utilidade a partir de Singapura deve modelar o GST de 9% sobre a parcela da captação pertencente a Singapura antes de fixar o preço.

Notas

1. IRAS, orientações no site sobre o tratamento de NFTs para fins de GST e as regras gerais sobre fornecimentos de serviços digitais. ↩
2. Goods and Services Tax Act 1993, seção 35 e as regras sobre vouchers; IRAS, e-Tax Guide *GST: Treatment of Vouchers*, edição vigente. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.